

TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DEBATES E DESAFIOS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO SÉCULO XXI

**Theory of history and history of historiography: Discussions and challenges of historical
knowledge in the 21st century**

Evandro Santos*

Glauber Cícero Ferreira Biazo**

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.¹

A imagem do anjo da história interpretada por Benjamin nas teses *Sobre o Conceito de História* (1940) ainda representa não apenas o fardo, mas também uma série de desafios que o século XXI tem apresentado aos historiadores. Para Benjamin, a produção de conhecimento histórico é vibrante e reverbera em direção ao passado a partir das reivindicações feitas no presente. Nesse sentido, a rememoração e a redenção são conceitos chave para a teoria da história benjaminiana e, ambos, apresentam um convite para se pensar sobre o papel fundamental da história para a formação integral dos cidadãos em uma democracia republicana.

Em um contexto fortemente marcado pelo refluxo das utopias, a perspectiva teórica benjaminiana inscreve, assim, o campo da Teoria da História em uma perspectiva social e política porque necessária e fundamental para a problematização da produção do conhecimento histórico, permitindo que personagens e questões consideradas mortas e enterradas possam ser compreendidas, reivindicadas e reinseridas no contexto contemporâneo. Como hóspedes efêmeros do tempo, Benjamin nos convida a desenvolver um comportamento crítico em relação

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Teoria da História no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN).

**Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Teoria da História no Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

¹ Tese IX “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin. Ver: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

à ingênua perspectiva implantada pela noção de progresso. Essa postura conservadora adotada por positivistas e alguns historicistas recusava abordar as reivindicações e lutas de resistência empreendidas por pessoas comuns. Sendo assim, as atividades culturais e políticas cotidianas permaneciam abandonadas por clivagens conceituais enrijecidas e presas a formulações teóricas científicas e, ingenuamente, empiristas. Como pensarmos outra história?

A ESCRITA DA HISTÓRIA: VIRADAS DE SÉCULO, VIRADAS TEÓRICAS

A batalha conduzida por Benjamin tampouco foi concluída, perspectivas empiristas continuam fascinando uma parcela considerável de historiadores que, nesse início de século, acreditam e trabalham arduamente na proposição de um cientificismo ironicamente sustentado por projetos políticos ultraconservadores. É exatamente porque os embates pela escrita da história se adensam novamente que os historiadores progressistas devem estar atentos às diferentes facetas assumidas pelas lutas de resistência propostas pelos trabalhadores ao longo da história, uma vez que, propositalmente, foram abandonadas pela historiografia escrita pelos vencedores e seus herdeiros. Quando investigadas e interpeladas pelos historiadores, defende Benjamin, as práticas de resistência empreendidas no passado podem se tornar “centelhas de esperança” para as sociedades contemporâneas. Exercida criticamente, a história pode transformar reivindicações populares aniquiladas no passado em centelhas capazes de contagiar as novas gerações em um “tempo saturado de agoras”.

Ao invés de ser tomada como um círculo vicioso tal qual “as contas de um rosário” – com começo, meio e fim já previamente definidos –, a história ganha na proposta teórica de Benjamin um contorno ativo no qual interessa reconstruir o passado em diálogo franco e aberto com a elaboração do tempo presente e também de novas perspectivas para o futuro. De maneira geral, verificamos continuidade desse problema levantado por Benjamin na constatação trazida pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, muito cabível perante a proposta apresentada nesse dossiê:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.²

Podemos recuar ao ano de 1874 para nos vincularmos ao chamado “mal-estar da história”, situação que guarda paralelos, por exemplo, com os ataques sofridos pela disciplina

² HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.



nos últimos anos no Brasil. Desde Nietzsche contamos com a possibilidade de um posicionamento moderno que se situa como que, em uma metáfora espacial, em situação de fronteira: aquela posição em que é possível se ver como Outro, “de fora”. Nietzsche criticou a modernidade historicista com tal olhar, ao apresentar sua conhecida *II Consideração Intempestiva*.³ Nesse mesmo horizonte, porém em uma perspectiva temporal, o conceito de contemporâneo guarda o significado igualmente atribuído pelo filósofo alemão ao adjetivo “intempestivo” (fora do tempo, anacrônico). Agamben afirmaria, nesta mesma direção:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.⁴

Trata-se, efetivamente, de outra relação com o tempo, tanto mais ética. Era isso que Benjamin reivindicava. Passado e futuro articulados a partir dos dilemas do presente. Um compromisso com os mortos, firmado com o olhar voltado a um futuro possível, mais humano e justo. É sobre um tempo, o nosso, igualmente saturado de “agoras”, que nos fala o historiador François Hartog. Em hipótese de trabalho já significativamente discutida e criticada, ele aponta para o predomínio de uma dimensão presentista em nossa experiência de tempo contemporânea. A perspectiva inaugurada pelo “presentismo” teria consolidado socialmente, para este autor, uma percepção do tempo muito diferente daquela proposta por Benjamin. O presente teria se expandido tanto em direção ao passado quanto rumo ao futuro, ao ponto de grande parte das pessoas já não guardarem qualquer conexão mais profunda com as diferenças marcadas em outras temporalidades. Em outras palavras, o presente teria se tornado onipresente, comprometendo a capacidade das pessoas de estabelecerem relações temporais.⁵ Se a hipótese do historiador francês é discutível, como complemento e meio de torná-la mais complexa, podemos considerar as transformações nas experiências humanas após o avanço das novas tecnologias.⁶ No entanto, é também Hartog quem situa a historiografia em outro momento epistemológico. Considerando as transformações políticas e sociais bem como as mudanças no interior da própria disciplina, sobretudo, após a década de 1970, percebe-se que a história

³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

⁴ AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 58-59.

⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁶ PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.



ingressou em outro momento, definido por Hartog como “movimento reflexivo”.⁷ A partir dessa fase, houve a aproximação, entre os historiadores, dos termos epistemologia e historiografia. Envolvidos com novos problemas, abordagens e objetos, os profissionais da área passaram a enfrentar indagações colocadas pelos diferentes contextos históricos e historiográficos.

Ainda que estejamos falando de um movimento reflexivo com mais de quatro décadas de duração, a atualidade da discussão confirma-se, por exemplo, no atual debate pertinente ao ensino de história. Da ampla discussão filosófica acerca do conceito de tempo e suas variantes (cujas obras do filósofo alemão Martin Heidegger e do filósofo francês Paul Ricoeur aparecem como algumas das mais conhecidas e significativas que cobrem o século XX, guardadas as suas diferenças), na modernidade, história e ensino de história permaneceram, em certa medida, desconectadas no que se refere àquela discussão conceitual.⁸ Embora o diálogo das teorias da história com a filosofia, de maneira geral, e com a epistemologia, em particular, tenha se desenvolvido, a pluralidade e complexidades dos debates acerca das temporalidades apenas tangenciaram as discussões didático-pedagógicas da história apreendida como ensino. Diante disso, no caso brasileiro, tem havido esforço por parte de uma nova geração de historiadores no sentido de integrar a história ensinada às investigações epistemológicas. Fernando de Araújo Penna é um dos pesquisadores mais atentos e propositivos, neste aspecto. Penna, dentre as muitas frentes de sua atuação na pesquisa, no ensino e, sobretudo, na extensão que visa ao debate acerca do papel social do historiador, critica fortemente certa aceção dominante sobre o que é a epistemologia da história. Segundo Penna, a “operação historiográfica”, clássica noção desenvolvida por Michel de Certeau, em *A escrita da história* (1975), não considera as dimensões pedagógicas e sociais do conhecimento histórico.⁹ Ainda de acordo com o pesquisador, inclusive a releitura da concepção, levada a cabo por Ricoeur, não supera o problema básico de entender os termos “epistemologia da história” como restrito à produção do conhecimento, excluindo qualquer consideração relativa à função social desse conhecimento e ao seu ensino: “o objetivo primordial da História pode até não ser o ensino escolar, mas ignorar esse aspecto constituiria uma limitação prejudicial”.¹⁰

⁷ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

⁸ HEIDEGGER, Martin. Temporalidade e historicidade. In: *Ser e Tempo*. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Volume Único. Petrópolis: Vozes, 2006; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

⁹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁰ PENNA, Fernando de Araújo. A relevância da didática para uma epistemologia da história. In: MONTEIRO, Ana Maria et. all. (Orgs.). *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014, p. 51.



Os imperativos de uma cultura histórica e mesmo de uma consciência dita histórica atribuem às categorias que circundam o conceito de tempo e que o torna inteligível papel central (por exemplo: sentido, processo, experiência, orientação, narrativa, memória, etc.).¹¹ Muitas dessas categorias, como se pode perceber, não pertencem exclusivamente ao conhecimento histórico. Elas fazem parte de diversas áreas e saberes e, sobremaneira, ao espaço público, ao âmbito político. Jörn Rüsen, historiador alemão, tem insistido na necessidade dos historiadores prestarem atenção nas dimensões práticas do saber que produzem. Em Rüsen, percebemos certo movimento na direção de examinar o problema da cultura histórica articulando as noções de consciência histórica e de ensino de história. Em alguma medida, é o que Penna tem chamado a atenção dos historiadores brasileiros: “o diálogo entre uma Epistemologia da História voltada para a produção do saber e uma Didática preocupada com a transposição e o ensino desses saberes é inquestionavelmente profícuo para ambos os campos de pesquisa.”¹²

Os autores presentes nesse dossiê trazem, a partir de diferentes perspectivas, outros exemplos de como os historiadores trabalham com suas fontes e constroem suas interpretações do e no tempo, e, também, entre temporalidades diferentes, contribuindo com algumas respostas possíveis aos problemas que nos cercam atualmente. Todos, no entanto, são unânimes em criticar a tese de que caberia ao conhecimento histórico apenas uma avaliação *objetiva e neutra* de fatos ocorridos. Afinal, para quê, para quem e porquê investir esforços na formação em teoria da história? Em que medida as teorias da história podem contribuir para uma reflexão mais apurada da história e, por sua vez, para um combate concreto contra as discriminações, para a conquista de uma democracia econômica e social e uma emancipação efetiva dos sujeitos históricos?

Questões como estas demonstram que não somente a produção e a divulgação das pesquisas são essenciais, mas é preciso ainda que a teoria da história faça parte do trabalho dos professores nas salas de aula da educação básica. Um programa educacional que vise à conquista de autonomia por parte dos alunos e compreenda-os enquanto sujeitos históricos protagonistas em seu próprio tempo, não pode ignorar as problematizações conduzidas pela teoria da história. A tão comentada autonomia só pode ser conquistada concretamente, como afirma Saviani ao apresentar as fundamentações teóricas da Pedagogia Histórico-Crítica, se o aluno compreender como os conhecimentos são produzidos, inclusive o histórico, e quais são

¹¹ RÜSEN, Jörn. O que é a teoria da história? In: *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

¹² PENNA, Fernando. Op. cit., p. 51.



os meandros do processo de sua confecção, os ingredientes teóricos e as questões políticas implicadas nesse trabalho reflexivo.¹³

Para Michel Löwy, o materialismo de Benjamin estava preocupado em reabrir cada presente como um portal para a tomada de decisões, sendo o historiador um “apanhador de centelhas de esperanças”.¹⁴ Uma das premissas que motivou a organização do presente dossiê foi justamente a possibilidade de fomentar o debate em torno de pesquisas no campo da teoria da história empreendidas hoje que, imbuídas do desafio de perscrutar o passado, também permitam aos leitores palmilhar a seara da produção do conhecimento histórico e compreender o quanto o manejo dessas questões é fundamental para o entendimento de como a própria história é escrita.

POSSÍVEIS RESPOSTAS

O dossiê apresentado por esta breve reflexão teórica e historiográfica, assim, traz uma série original de artigos que contribui em grande medida para as reflexões próprias ao campo de conhecimento compreendido pela teoria da história, inscrevendo *Canoa do Tempo* em um manancial nacional de debates. Nesse sentido, o presente dossiê apresenta artigos que estão empenhados em demonstrar como a epistemologia da história é base fundamental e necessária para a compreensão dos processos de produção do conhecimento histórico e da formação dos historiadores e professores de história. A teoria permitiu aos autores a abordagem de objetos variados, demonstrando como os historiadores, em meio a diferentes perspectivas, desenvolvem um raciocínio próprio ao seu ofício e responsável pela análise das ações e suas personagens no tempo.

Patrícia Marciano de Assis discute em seu texto a concepção de Estado no âmbito de obras específicas dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A proposta diferenciada a partir da qual ambos sugerem possibilidades alternativas de apropriações da história como recurso para exame das condições de acesso ao conhecimento são exploradas pela autora bem como situa sua leitura da perspectiva micropolítica. Segundo Assis, ao abrirem mão do ponto de vista tradicional, que prima pela representação, em nome de outro, calcado na diferença, Deleuze e Guattari nos trazem possibilidades variadas para pensarmos não apenas o Estado, mas todos os mecanismos que o fazem existir (com vistas para sua transformação).

¹³ SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica – primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.

¹⁴ LÖWY, Michael. Op. cit..



O artigo de Diego José Fernandes Freire é fruto de um estudo que procurou investigar a produção historiográfica no Brasil com ênfase na década de 1970, evidenciando aspectos relativos à sua historicidade. Trata-se de um ensaio teórico que tem o mérito de reivindicar a importância desse período da historiografia brasileira como essencial para a compreensão de um contexto no qual os historiadores acadêmicos – em processo de profissionalização – passaram a produzir propostas teóricas que rivalizavam com outras perspectivas já existentes. O artigo demonstra como a historiografia acadêmica, inclusive aquela produzida no Departamento de História da USP, passou a construir a legitimação de suas pesquisas a partir da crítica aos modelos de reflexão historiográfica praticados anteriormente, evidenciando, contudo, que essa estratégia indicava também a existência de disputas intelectuais que iam muito além das questões teóricas.

O estudo de Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento enfrenta corajosamente um tema ainda muito tangenciado pela historiografia, qual seja: a militância e o protagonismo político e intelectual de pessoas transexuais, transgêneros e travestis. Apenas recentemente nossa área tem voltado sua atenção aos problemas de gênero e, infelizmente, ainda há preconceitos que acabam por subestimar tais discussões, de central relevância acadêmica e política. A área de Teoria e História da Historiografia tem assumido, ainda que timidamente, o compromisso perante o que é trazido no artigo de Nascimento, mas ainda há longo caminho a ser trilhado. Nesse sentido, o texto constitui marca significativa em um dossiê que pretende apontar para discussões relevantes a serem ampliadas neste século.

A contribuição de Jacson Schwengber parte do conceito de crítica desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault para pensar formas alternativas de se examinar a modernidade. Partindo de uma interessante discussão acerca da ideia de crise na história, o historiador explora a questão para encaminhar aquilo que tanto Foucault como o historiador alemão Reinhart Koselleck ajudaram a explicar: a ideia de crise está ligada à certa forma a partir da qual o mundo moderno percebe e se relaciona com as mudanças temporais desde os seus primórdios. Pierre Bayle é tomado como fio condutor para problematizar e compreender tal hipótese a partir de olhares que nos são contemporâneos.

Eduardo Antonio Estevam Santos traz importante contribuição ao presente dossiê, tendo em vista que parte do diálogo com intelectuais africanos para confrontar a questão da exclusão da história africana pela historiografia europeia ocidental. Ao explorar o conceito de razão etnográfica, o historiador demonstra como o discurso científico europeu, no século XIX, impossibilitou a construção de historiografias africanas ao deslocar todas as suas diversidades para além das fronteiras do que poderia ser (re)conhecido dentro do rígido e unitário estatuto



daquele discurso. A análise parte de um exame do historicismo europeu, particularmente alemão, para, em seguida, explorá-lo por meio de investigações de estudiosos africanos. Santos demonstra, ainda, que havia historiadores africanos desde o século XIX, mas o avanço do historicismo, no decorrer do século, acabou por impor determinada perspectiva que tornou a África e os africanos invisíveis, constatação que tem exigido e merece profundas reflexões nos dias de hoje.

O trabalho de Rafael Terra Dall'agnol é fruto de um estudo que procurou compreender o papel que a biografia desempenhou no regime de escrita da história no Brasil oitocentista, quando funcionava como importante modo de elaboração de experiências do passado. Trata-se de um ensaio cujo objetivo principal é investigar como Pereira da Silva utilizou a biografia para empreender a escrita da obra *Plutarco Brasileiro*. O texto tem ainda o mérito de passar em revista à biografia como problema historiográfico. Nesse sentido, discute-se como a história biográfica tem como um dos aspectos positivos compreender melhor a relação entre história e biografia, destacando ainda como o projeto biográfico proposto por Barbosa para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), possuía particularidades ligadas ao seu contexto histórico. O artigo apresenta, assim, uma contribuição significativa para o debate e a reflexão em torno da teoria do conhecimento histórico, em particular, para o desenvolvimento de uma leitura crítica em relação ao modo como os chamados “grandes homens” da história eram parte essencial dos projetos biográficos presentes no âmbito do IHGB. Em particular, a reflexão sobre o papel conferido à biografia de narrar a história da nação, permite compreender como ela e a história se encontravam e se confundiam para defender que o passado deveria ensinar através dos “grandes homens” e de seus feitos.

Fernando Cauduro Pureza convida os historiadores “a entrarem numa festa que não foram convidados e, de forma crítica, serem os ‘desmancha-prazeres’ que vão questionar justamente os jogos eletrônicos e suas narrativas a partir de seu *métier*”. O artigo é fruto de um estudo que procurou compreender as representações produzidas em narrativas históricas “gameficadas”, dedicando atenção especial para o modo como alguns games que tratam de temas históricos naturalizam a passagem do feudalismo para o capitalismo e as próprias relações capitalistas de produção. Ao partir dos games enquanto fonte para discutir a invisibilidade pública existente em torno da origem do capitalismo, Pureza apresenta os meandros de uma problematização fundamental para a teoria marxista da história: a historicidade do próprio sistema capitalista. Trata-se de um ensaio que tem o mérito de reivindicar, ainda, uma ampliação do espaço de discussão e intervenção pública a ser realizada pela ação dos historiadores.



Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho propõe um artigo desafiador que instiga os historiadores a pensarem a teoria marxista da história tendo como base seu valor heurístico. Ao mesmo tempo, o autor critica aqueles que consideram o materialismo histórico um procedimento metodológico estéril, denunciando a superficialidade e os interesses nitidamente políticos de algumas proposições que procuram anular o seu potencial teórico e interpretativo. Além disso, a preocupação de Carvalho tem por intuito revelar a articulação intrínseca existente entre os pressupostos epistemológicos e políticos presentes no materialismo histórico. Nesse sentido, o autor destaca a importância de se compreender o significado de conceitos chave para a teoria marxista da história, tais como o de crítica da economia política e o de totalidade. Através deste último, Carvalho enfatiza a importância de pensá-lo como uma “intensa relação entre economia, classe social e política”, capaz de permitir ao historiador investigar os fenômenos sociais a partir de suas raízes e contradições profundas. O grande mérito deste artigo está em demonstrar como o conceito de totalidade é central para o materialismo histórico e também primordial para a elaboração de uma história capaz de combater o avanço das práticas empiristas, explicitando o ultraconservadorismo que as sustentam.

Por fim, antes de desejarmos uma excelente leitura a todas e a todos, gostaríamos de ressaltar nossa satisfação com o resultado do trabalho coletivo que se apresenta neste número de *Canoa do Tempo*. A reunião de textos que concretiza o dossiê que se segue chama a atenção pela pluralidade temática, institucional e regional. Há artigos de pesquisadores das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, o que garante uma abrangência e uma abertura sem iguais para a área de Teoria e História da Historiografia. Além disso, evidencia o crescimento da área em regiões diversas e distantes dos conhecidos centros especializados do País. É seguro afirmar que temos muito a ganhar, coletivamente, com essa dinâmica de produção que, ao mesmo tempo em que dialoga com pesquisas de ponta – nacionais e internacionais –, traz, pouco a pouco, os anseios e projetos particulares de diferentes espaços à vista da comunidade historiadora brasileira. Com votos de continuidade nessas aproximações, desejamos ótima leitura!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. Temporalidade e historicidade. In: *Ser e Tempo*. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Volume Único. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PENNA, Fernando de Araújo. A relevância da didática para uma epistemologia da história. In: MONTEIRO, Ana Maria et. all. (Orgs.). *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014, p. 41-52.
- PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. O que é a teoria da história? In: *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica – primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.

